n.º 1-1.^a), Ponte do Lima (estrada nacional n.º 1-2.^a), Arcos de Valdevez (estrada nacional n.º 2-1.^a), Lamas de Mouro (ramal para Castro Laboreiro), Melgaço (estrada nacional n.º 1-1.^a).

Art. 2.º Passará a ser considerado como ramal desta estrada, a estrada existente entre Souto e Prova, a estrada nacional n.º 2-1.^a

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 27 de Dezembro de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Comissariado do Deseîmprêgo

Repartição Central

Portaria n.º 8:895

Tornando-se necessário reforçar com 17.000\$ o capítulo 2.º, artigo 11.º, n.º 1) «Ajudas de custo e despesas de deslocação dos fiscais do horário de trabalho»: manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que a referida verba seja transferida do capítulo 2.º, artigo 10.º, n.º 1) «Salários a desempregados em serviço na fiscalização do horário do trabalho», sendo 10.000\$ da verba destinada a 29 sub-chefes e 7.000\$ da atribuída a 60 agentes.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 22 de Dezembro de 1937.— O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.^a Repartição

Decreto-lei n.º 28:326

Tendo passado a constituir encargo das colónias as despesas com os organismos referidos no artigo 195.º do decreto n.º 26:180, de 7 de Janeiro de 1936;

Atendendo à necessidade de se estabelecerem as normas a que devem obedecer a elaboração e execução dos orçamentos dos mesmos organismos, o processo e autorização das respectivas despesas e o encerramento e prestação das suas contas;

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os projectos dos orçamentos de receita e de despesa do Conselho do Império Colonial, Instituto de Medicina Tropical, Hospital Colonial de Lisboa, Depósito Militar Colonial, Jardim Colonial e Museu Agrícola Colonial e Agência Geral das Colónias são elaborados pelos respectivos serviços com observância das disposições do decreto n.º 17:881, de 11 de Janeiro de 1930, e enviados à Direcção Geral de Fazenda das Colónias nos mesmos prazos que estiverem estabelecidos para os orçamentos coloniais.

Art. 2.º O orçamento da receita de cada um dos organismos dependentes referidos no artigo 1.º é constituído pela cotização das colónias na proporção estabele-

cida na alínea i) do artigo 179.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e por quaisquer receitas privativas dos mesmos organismos; e nêles serão inscritos como receita os saldos que se apurarem nas respectivas contas, que serão encerradas em 15 de Fevereiro de cada ano, escriturando-se em referência a 31 de Dezembro todas as receitas e despesas respeitantes ao ano económico findo nessa data, cobradas e pagas de 1 de Janeiro a 14 de Fevereiro.

Art. 3.º A revisão dos orçamentos dos organismos dependentes é função própria do Ministro das Colónias e exercida na forma do artigo 162.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português.

Art. 4.º São proibidas as transferências de verbas de classe para classe.

§ 1.º As transferências de verbas de artigo para artigo dentro de qualquer das classes e de número para número na classe 2.^a só poderão ser autorizadas por portaria do Ministro das Colónias.

§ 2.º As transferências de verbas de número para número dentro do mesmo artigo nas classes 1.^a, 3.^a e 4.^a, e bem assim as de rubrica para rubrica dentro do mesmo número, são da competência do Ministro das Colónias, que as autorizará por despacho.

Art. 5.º Quando haja necessidade de efectuar nos orçamentos dos organismos dependentes quaisquer alterações que não estejam compreendidas no artigo antecedente e seus parágrafos, poderá ser autorizada a abertura dos correspondentes créditos especiais, por diploma de força igual à do diploma que tiver aprovado os mesmos orçamentos.

Art. 6.º É da competência do Ministro das Colónias a autorização para serem excedidos, em casos excepcionais, os duodécimos das dotações dos orçamentos dos organismos dependentes para despesas não constantes do n.º 7.º do artigo 25.º da terceira das cartas de lei de 9 de Setembro de 1908.

Art. 7.º O movimento de receitas e o pagamento de despesas dos organismos dependentes do Ministério das Colónias é feito pelo Banco Nacional Ultramarino, como tesoureiro de Fazenda das colónias, mas em conta especial sob a rubrica «Organismos dependentes do Ministério das Colónias», movimentada em termos semelhantes aos dos «Fundos próprios da Agência Geral das Colónias».

Art. 8.º Todas as despesas dos organismos dependentes, com excepção das do Depósito Militar Colonial, que continuam a ser liquidadas pela 2.^a Repartição da Direcção Geral Militar, serão processadas em fôlhas de liquidação, a enviar pelos respectivos serviços directamente à Repartição de Contabilidade das Colónias, dentro dos seguintes prazos:

a) Vencimentos — até oito dias úteis antes dos fixados para o respectivo pagamento;

b) Outras despesas — até ao último dia do mês imediato, salvo casos excepcionais atendidos pelo Ministro das Colónias.

Art. 9.º A Repartição de Contabilidade das Colónias conferirá, no prazo máximo de oito dias, as fôlhas das despesas referidas na alínea a) do artigo antecedente e no prazo de quinze dias as das outras despesas, verificará a sua legalidade e o cabimento nas dotações orçamentais e devolverá as que não estejam nas condições de ser aprovadas com a indicação das despesas que tenham de ser excluídas ou das alterações a efectuar. As fôlhas em condições de pagamento serão imediatamente autorizadas e expedidas.

Art. 10.º As fôlhas de liquidação serão enviadas em duplicado à Repartição de Contabilidade das Colónias, mas, quanto às dos vencimentos, só um dos exemplares será processado com todas as discriminações, devendo o outro, que será o destinado a enviar ao respectivo